

# FMI precisa triplicar empréstimos

**Washington** — O Fundo Monetário Internacional precisa de mais recursos para incrementar seu apoio aos países mais pobres e endividados, de quem, atualmente, cobra mais do que empresta, afirmou, ontem, um grupo de especialistas em relação à divulgação do informe anual do FMI.

Um estudo patrocinado pelo Grupo de Reflexão do Conselho de Desenvolvimento de Ultramar (CDU) propôs um aumento de 50 por cento nas cotas do FMI, que aumentaria seus recursos de 110 a 165 bilhões de dólares, com o qual o Fundo poderá quase triplicar seus empréstimos e desembolsos.

O informe anual do FMI, divulgado às vésperas de sua assembléia anual, que se inicia em Washington em 22 de setembro, assinalou que seus compromissos de empréstimo chegaram a 4,6 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES) no ano fiscal 88/89, mas seus desembolsos foram somente de 2,1 bilhões, em contraste com 4,1 bilhões no período fiscal de 87/88.

Os DES são a unidade de conta especial do FMI que serve como ativo de reserva internacional e para transações intergovernamentais. Seu valor depende de um lastro de moedas, que atualmente equivale a 1,23 dólar.

Os importantes empréstimos feitos

pelo FMI a partir de 1982 — quando explodiu a crise da dívida externa — começaram a ser pagos desde 1986 e, entre esse ano e 1989, os reembolsos ao Instituto superaram os desembolsos em um total de 12 bilhões e 101 milhões de DES.

Os pagamentos ao FMI se transformaram em uma parte importante da carga financeira dos países em desenvolvimento, a ponto de que, para 1987, as amortizações e encargos por juros superaram os novos créditos em 16 bilhões de dólares. Mesmo os países da África contornados pelo Saara — os mais pobres do mundo — pagaram ao FMI 1 bilhão de dólares, mais do que receberam do Instituto entre 1986 e 1987.

Esse refluxo concorre com o caráter rotativo dos recursos do FMI, cujo apoio é supostamente temporário, mas ao mesmo tempo evidencia a necessidade de adaptar o papel do Fundo à estratégia a longo prazo requerida pelo caráter estrutural do problema da dívida externa, enfatizaram os especialistas do CDU.

O problema dos pagamentos ao Fundo Monetário está se agravando na mesma medida que a maioria dos problemas de ajuste fracassam em restabelecer a solvência de seus países-membros, e uma repercussão indesejável foi que um número deles fez moratória com o FMI.

O informe anual do Fundo revela

que o número de moratórias subiu de nove em 1988 a 11 em 1989, das quais oito países foram declarados inelegíveis para ter acesso aos recursos do Instituto: Somália, Vietnã, Guiana, Libéria, Sudão, Peru, Zâmbia e Serra Leoa. O montante dos atrasos chega a 2 bilhões e 801 milhões de DES.

Essa situação aumenta o custo dos recursos do FMI e para 1988 representou um ponto extra de juros para os países que pediram empréstimo, assinalou Guillermo Ortiz, ex-diretor executivo do México ante o Fundo e um dos autores do informe do Conselho de Desenvolvimento de Ultramar.

Um segundo aspecto, mais significativo, é que os atrasos reforçam as pressões para aumentar a condicionalidade e reduzir o acesso aos recursos, o que está afetando a capacidade de manobra do Fundo na nova fase da estratégia da dívida, que aponta para uma redução do saldo do endividamento.

O aumento dos recursos do Fundo e o tema dos atrasos serão pontos sobressalentes da assembléia anual do FMI-Banco Mundial, que se realizarão em Washington de 22 a 28 de setembro, com a participação dos ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais dos 151 países-membros.